

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 30/XVI/ 1.ª SL

Aos 3 dias do mês de dezembro de 2024, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações Gerais

2. Baixa de iniciativas – indicação de discussão (Comissão ou Plenário)

[Projeto de Resolução n.º 428/XVI/1.ª \(CH\)](#) - Recomenda ao Governo que apele à transparência democrática em Moçambique e facilite o diálogo entre agentes políticos.

[Projeto de Resolução n.º 430/XVI/1.ª \(L\)](#) - Recomenda ao Governo que Portugal intervenha formalmente no processo da África do Sul junto do Tribunal Internacional de Justiça por crime de genocídio em Gaza.

[Projeto de Resolução n.º 431/XVI/1.ª \(L\)](#) - Recomenda ao Governo o reforço da verba para a UNRWA.

[Projeto de Resolução n.º 435/XVI/1ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo o não reconhecimento dos resultados eleitorais em Moçambique.

[Projeto de Resolução n.º 437/XVI/1.ª \(IL\)](#) - Recomenda ao Governo Português o não reconhecimento dos resultados eleitorais em Moçambique e a adoção de uma postura firme em defesa da democracia.

[Projeto de Resolução n.º 439/XVI/1.ª \(IL\)](#) - Recomenda ao Governo que atue pela Libertação de Aho Daryaei e pela Condenação da Execução de Jamshid Sharmahd, reafirmando a Defesa dos Direitos Humanos no Irão.

[Projeto de Resolução n.º 444/XVI/1.ª \(IL\)](#) - Recomenda ao Governo que defenda as Liberdades Política e Religiosa e os Direitos Humanos no Tibete, rejeitando a interferência da República Popular da China na reencarnação do Dalai Lama.

3. Apreciação e votação do parecer de assentimento para deslocação de Sua Excelência o Presidente da República, nos dias 18 e 19 de dezembro a Cabo Verde, no quadro das comemorações dos 50 anos de independência e nos dias 20 a 22 de dezembro às forças militares destacadas na Eslováquia, [Projeto de Resolução n.º 462/XVI/1.ª](#)

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 30/XVI/ 1.^a SL

4. Audição a [requerimento](#) do Grupo Parlamentar do PS, da Presidente do Instituto Camões, Florbela Paraíba, para prestar esclarecimentos sobre a estratégia para o Ensino de Português no Estrangeiro, a afirmação da Língua nos vários graus de ensino.

5. Apreciação e aprovação da ata:

n.º 28 de 29 de outubro de 2024

6. Outros Assuntos

_____ // _____

Iniciada a sessão, dirigida pelo Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Carlos Eduardo Reis (PSD), começou este por dar as boas-vindas aos Deputados presentes e propor que fosse antecipada a votação referente ao Ponto 5. da Ordem do Dia. Colocada à votação, esta proposta foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL, registando-se a ausência do BE, PCP, CDS-PP e L.

No **Ponto 2.**, os Grupos Parlamentares informaram que pretendiam que as respetivas iniciativas fossem discutidas em:

[Projeto de Resolução n.º 428/XVI/1.^a \(CH\)](#) – Comissão;

[Projeto de Resolução n.º 430/XVI/1.^a \(L\)](#) – Plenário (indicou por via eletrónica);

[Projeto de Resolução n.º 431/XVI/1.^a \(L\)](#) - Plenário (indicou por via eletrónica);

[Projeto de Resolução n.º 435/XVI/1.^a \(BE\)](#) – Comissão (indicou por via eletrónica);

[Projeto de Resolução n.º 437/XVI/1.^a \(IL\)](#) – Comissão;

[Projeto de Resolução n.º 439/XVI/1.^a \(IL\)](#) – Comissão;

[Projeto de Resolução n.º 444/XVI/1.^a \(IL\)](#) – Comissão.

No **Ponto 3.**, colocado à votação, o parecer da Comissão foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL, registando-se a ausência do BE, PCP, CDS-PP e L.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 30/XVI/ 1.^a SL

No **Ponto 5.**, colocada à votação, a ata foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, IL, registando-se a ausência do BE, PCP, CDS-PP e L.

No **Ponto 4.**, o Presidente da Mesa deu as boas-vindas à Presidente do Instituto Camões, Senhora Embaixadora Florbela Paraíba, assim como à equipa que a acompanhava e deu conta da grelha de tempos. Seguidamente deu a palavra ao Deputado Paulo Pisco (PS) para a apresentação do requerimento.

O Deputado Paulo Pisco (PS) começou por abordar várias questões relacionadas com o ensino de português no estrangeiro, começando pela internacionalização da língua, considerada uma prioridade da política externa, mas criticou a sua ausência quase completa no Orçamento do Estado. Identificou problemas como a diminuição de alunos no Ensino de Português no Estrangeiro (EPE), dificuldades no recrutamento de professores e listas de espera significativas, como os 10 mil jovens em França à espera de vagas nos cursos integrados. Questionou a estratégia do Governo e do Instituto Camões para enfrentar estes desafios, incluindo as verbas e recursos a alocar para os diferentes graus de ensino. Destacou também a necessidade de respostas referente à crescente procura e ao impacto da competição com outras línguas nas escolas e universidades. Referiu o estatuto jurídico do EPE, em processo de revisão, e mencionou a aposta na digitalização do ensino, com iniciativas como a distribuição de tablets e experiências-piloto em Estrasburgo e Bordéus. Por fim, solicitou esclarecimentos sobre a diminuição do número de alunos e as estratégias para promover a língua e cultura portuguesas.

A Presidente do Instituto Camões, Senhora Embaixadora Florbela Paraíba, destacou as várias competências do Instituto Camões, com ênfase na promoção da língua portuguesa e da cultura em diversas vertentes. Sublinhou que o Instituto Camões desempenha um papel essencial no ensino e na promoção do português como língua internacional, estando integrado na política externa portuguesa. Referiu que a proposta da rede EPE para 2025, com um investimento global de 29 milhões de euros, visava otimizar a oferta de ensino da língua portuguesa em várias geografias, incluindo Reino Unido, França, Luxemburgo e países com forte procura, como Luxemburgo e Hanói, além de reaberturas de leitorados em locais estratégicos, como Adis Abeba e Beira. Referiu também o crescimento do número de alunos da EPE, passando de 38.179 em 2023-2024 para 40.165 no ano letivo de 2024-2025,

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 30/XVI/ 1.^a SL

representando um aumento de cerca de 2 mil alunos. No entanto, realçou a dificuldade de preencher 14 horários, devido à falta de candidatos, um problema que também se verifica em outros países da Europa. Relativamente ao ensino superior, mencionou que a rede de leitores em 2024-2025 contava com 57 leiturados, dos quais 54 estavam providos, havendo ainda 3 por preencher. Informou que o Instituto Camões tinha organizado 21 procedimentos concursais entre outubro e novembro de 2024, conseguindo preencher 36 horários, mas a falta de candidatos continuou a ser um desafio. Realçou também o aumento de 347 docentes contratados em 2024, através de protocolos de cooperação com universidades estrangeiras, e a manutenção de 63 cátedras de língua portuguesa. Enfatizou a importância de rever o RGEPE (Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro), para adaptar a rede à evolução da diáspora e avançar com a eliminação de propinas, uma medida aprovada no Orçamento de Estado. A expansão para países com nova imigração, como os Emirados Árabes Unidos, também foi mencionada, destacando-se a coordenação de esforços para garantir uma rede educativa mais diversificada e eficiente.

O Deputado Paulo Neves (PSD) agradeceu à Presidente do Instituto Camões pela sua presença na Comissão e destacou a importância daquele instituto, tanto na língua e cultura como no ensino, especialmente junto das comunidades portuguesas e na nova diáspora. Valorizou a cooperação, em particular a portuguesa e a triangular, com destaque para o trabalho com a CPLP e a ajuda ao desenvolvimento. Reforçou o apoio do Grupo Parlamentar do PSD ao trabalho do Instituto Camões e desejou sucesso à Presidente nas suas funções. A Deputada Paula Medeiros (PSD) agradeceu a presença da Presidente do Instituto Camões e abordou os desafios do ensino de português no estrangeiro, destacando a desmotivação dos professores, a falta de planeamento na aquisição de tablets, a escassez de respostas formativas em novas áreas de migração e a diminuição da procura do ensino português na Europa. Questionou sobre o impacto da eliminação da propina no orçamento do Instituto. Elogiou a diversificação das respostas educativas e a articulação com os professores, e solicitou esclarecimentos sobre o uso dos tablets. Solicitou ainda informações sobre a estratégia para aumentar o número de alunos no ensino básico e secundário.

A Presidente do Instituto Camões, Senhora Embaixadora Florbela Paraíba, agradeceu e respondeu às questões apresentadas. Reconheceu a preocupação com a desmotivação dos professores devido aos salários, especialmente nas categorias que não são aumentadas há 27 e 15 anos, e destacou o esforço do Instituto para dialogar com os docentes e procurar

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 30/XVI/ 1.ª SL

soluções a médio e longo prazo. Relativamente à falta de resposta formativa em novos destinos de imigração, indicou que a rede de ensino português no estrangeiro não consegue cobrir todos os locais devido à dispersão da imigração e à falta de número suficiente de alunos em algumas zonas, mas salientou que programas piloto de ensino online foram desenvolvidos para suprir esta lacuna, inicialmente em França e agora alargados a países como a Alemanha, Benelux, Reino Unido e Suíça, abrangendo atualmente 374 alunos. Afirmou que a redefinição da rede de horários é uma necessidade permanente e deve ser feita com cuidado e com base nos recursos disponíveis, sendo essencial garantir a sustentabilidade dos novos horários e leitorados. Sobre a eliminação gradual das propinas, reconheceu a aprovação da medida na discussão do Orçamento de Estado e afirmou que o Instituto Camões dará sequência à decisão, apesar de não haver ainda fontes alternativas de receita para compensar a perda. No entanto, garantiu que o Instituto continuará a assegurar isenções de propinas e a distribuição de manuais escolares. Finalmente, mencionou que o aumento de alunos no ensino básico e superior é uma prioridade e que o trabalho para integrar o português nos currículos oficiais dos países também é uma estratégia política importante para garantir a continuidade do ensino.

O Presidente da Mesa, Deputado Carlos Eduardo Reis (PSD) questionou os Grupos Parlamentares presentes sobre a solicitação do Deputado Rodrigo Saraiva (IL) em intervir de imediato. Este pedido foi consensualizado entre os Grupos Parlamentares presentes.

O Deputado Rodrigo Saraiva (IL), destacou a importância de uma reflexão estratégica sobre o ensino da língua portuguesa, sublinhando o valor económico da língua, frequentemente esquecido, e sugeriu que países como os Estados Unidos da América poderiam beneficiar ao adotá-la como segunda língua. Questionou sobre os planos de cooperação com Timor-Leste, nomeadamente no apoio ao ensino do português como língua-mãe, dada a relevância histórica e diplomática. Frisou que Portugal deve responder positivamente ao pedido de ajuda de Timor-Leste e solicitou detalhes sobre os investimentos e estratégias para a cooperação com o país. Concluiu solicitando uma resposta concreta sobre este tema.

A Presidente do Instituto Camões, Senhora Embaixadora Florbela Paraíba, agradeceu as questões e sublinhou a necessidade de um pensamento estratégico sobre a projeção da língua portuguesa, destacando o seu valor como património, ativo diplomático, económico e tecnológico. Refletiu sobre a grande relevância política e demográfica da língua,

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 30/XVI/ 1.^a SL

especialmente nos países como Brasil e Angola, e a crescente importância do ensino do português em África, segundo as projeções da Organização das Nações Unidas (ONU). Em relação a Timor-Leste, destacou o investimento contínuo do Estado português na educação, com 70 a 80% do Programa Estratégico de Cooperação (PEC) dedicado à formação de professores timorenses. Reforçou a importância de garantir o ensino do português desde o nível pré-escolar, para que a língua se torne verdadeiramente materna. Afirmou também que o apoio ao ensino do português abrange vários setores, como o Parlamento, a justiça e a comunicação social, reforçando o compromisso de Portugal em apoiar a consolidação da língua em Timor-Leste.

O Deputado Paulo Pisco (PS) destacou que a Presidente do Instituto Camões não tinha respondido a várias questões e criticou a abordagem do Governo em relação à eliminação gradual da propina, que foi aprovada no Parlamento. De seguida, abordou a crise nos leitorados, mencionando uma carta enviada por cerca de 30 leitores ao Instituto Camões, que ainda não obteve resposta, e questionou o que o Instituto pretende fazer para evitar a perda de leitores e alunos. Questionou também sobre a revisão dos protocolos com as universidades e a possibilidade de aumentar salários e subsídios para atrair mais candidatos. Criticou a falta de apoio e orientação aos centros de língua e a insuficiência de verbas para promover a cultura. Por fim, questionou se o Instituto está disponível à apresentação de produções culturais por portugueses e luso-descendentes.

O Deputado José Luís Carneiro (PS) destacou a importância do Instituto Camões em fornecer um quadro comparativo da evolução do ensino da língua portuguesa, incluindo dados sobre o número de alunos, professores, centros de língua e protocolos. Questionou sobre o estado atual dos exames NEWEL nos Estados Unidos da América, que permitem o acesso ao ensino superior em português, e questionou o progresso da introdução da língua portuguesa nos sistemas de ensino em países como África do Sul, Austrália, Estados Unidos, Argentina e Venezuela. Abordou também a expansão da língua na costa ocidental de África, nomeadamente no Senegal e na Guiné-Bissau, e questionou sobre o impacto do ensino à distância e da formação profissional em português no Luxemburgo.

A Presidente do Instituto Camões, Senhora Embaixadora Florbela Paraíba, confirmou ter recebido a carta dos leitores e referiu que já se havia reunido com estes a 4 de novembro de 2024 para ouvir as suas preocupações. Explicou que o Instituto tem trabalhado numa proposta de revisão das questões levantadas, tendo entregado várias propostas à tutela

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 30/XVI/ 1.ª SL

desde 2021. Salientou que este é um processo contínuo e estratégico, e não algo recente. Em relação aos protocolos de docência, esclareceu que são diversificados e negociados caso a caso com as universidades, e garantiu a abertura do Instituto para rever as condições sempre que necessário. Sobre os candidatos e subsídios, mencionou que, apesar das dificuldades, já foram apresentadas propostas para acautelar algumas preocupações dos leitores e professores, enquanto a revisão do Regime Jurídico do Ensino de Português no Estrangeiro não ocorre. Referiu ainda que os centros de língua portuguesa devem receber orientações claras sobre o seu trabalho e que o Instituto está disponível para avaliar novas propostas. Relativamente à evolução do ensino da língua portuguesa, a Senhora Presidente do Instituto Camões explicou que se trata de um processo complexo. No entanto, referiu que o programa NEWL (National Examinations in World Languages) tem apresentado bons resultados, com o português a ser cada vez mais procurado, sendo a segunda língua mais escolhida em alguns países. Quanto à introdução do português nos currículos de outros países, a tendência é positiva, com progressos notáveis na África do Sul, Austrália, E.U.A., Argentina e Venezuela. Destacou o exemplo do Senegal, onde cerca de 50 mil alunos estão a aprender português, com mais de 2.300 na Universidade de Dakar. Realçou como sendo um bom exemplo de sucesso da língua portuguesa no ensino básico, secundário e universitário. Por último, abordou o caso do Luxemburgo, onde o ensino complementar está consolidado, com maior integração dos professores e avaliação dos alunos nas escolas luxemburguesas.

O Deputado Pedro Correia (CH) abordou a importância da língua portuguesa como elemento de identidade nacional e união, especialmente entre os portugueses no estrangeiro, que representam um património cultural valioso para Portugal. Referiu-se a um estudo de 2010, da Fundação Vox Populi, que indicava que mais de 20% dos portugueses residentes em França, entre os 18 e 44 anos, não falavam fluentemente o português. Referiu que, pese embora o Instituto Camões oferecesse cursos pagos de aprendizagem da língua, questionava-se a necessidade de criar um programa online gratuito para luso-descendentes e portugueses no estrangeiro. Também abordou a reivindicação dos funcionários dos Centros Culturais do Instituto Camões, que pediam um plano de assistência médica, conforme o artigo 17.º, n.º 4, do [Decreto-Lei n.º 165-B/2009, de 28 de julho](#), devido à ausência de sistemas de saúde universais em alguns países. Por fim, criticou o subsídio de refeição de 5,89€, sem considerar os custos de vida locais, sugerindo a adaptação do valor e o pagamento direto aos funcionários.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 30/XVI/ 1.ª SL

O Deputado João Tilly (CH) abordou questões relacionadas com a missão do Instituto Camões, conforme definida pelo [Decreto-Lei n.º 21/2012, de 30 de janeiro](#), que inclui a promoção da língua e cultura portuguesas no estrangeiro e o ensino de português em universidades e escolas. Questionou o envolvimento do Instituto em Londres com a ideologia de género, especificamente nas aulas de português para crianças, onde se utilizava o manual "Menino, Menina" de Joana Estrela. Referiu que a obra introduzia conceitos sobre identidade de género sem aviso ou consentimento dos pais. Criticou a utilização do nome de Camões para promover tais ideologias, defendendo que ele seria contrário a essas práticas. Questionou também a responsabilidade do Governo e dos responsáveis do Instituto nestas ações. Concluiu, considerando que o Instituto não estava a ser fiel à sua missão, à sua história e ao nome de Camões.

A Presidente do Instituto Camões, Senhora Embaixadora Florbela Paraíba, abordou várias questões sobre o ensino de português e a missão do Instituto Camões. Explicou que, devido à dispersão da comunidade portuguesa em França, é necessário oferecer cursos online de português, especialmente em locais onde não há professores presenciais. Informou que o Instituto Camões já disponibiliza esses cursos e pretende expandi-los e adaptá-los a diferentes geografias. Relativamente aos funcionários dos Centros Culturais, informou que foi constituído um grupo de trabalho para analisar as questões relacionadas com seguros, com medidas previstas para breve. Sobre o subsídio de refeição, comprometeu-se a verificar os critérios de atribuição e dar uma resposta. Em relação à missão do Instituto, esclareceu que o artigo mencionado se referia a uma iniciativa pontual, e que o livro em questão não fazia parte das listas de leitura oficiais. Garantiu que o processo de aquisição foi regular e que o Instituto não adotava práticas ideológicas. Reafirmou que o Instituto segue uma missão educativa que respeita os valores de inclusão e cidadania, e que as preocupações do pai da aluna foram respondidas de forma adequada e imediata.

Chegados à 2.ª ronda intervieram os Deputados Eurico Brilhante Dias (PS), destacando a importância do português como língua de negócios para a internacionalização das empresas e captação de investimento estrangeiro. Enfatizou o papel do idioma nas relações com países estratégicos para Portugal, particularmente nas exportações e no capital. Referiu o trabalho anterior do Instituto Camões na promoção do português, incluindo iniciativas ligadas ao turismo e visitas a Portugal. Terminou questionando sobre o estado atual e os planos futuros do Instituto nesta área. Paula Medeiros (PSD) dirigiu-se ao Deputado Paulo Pisco (PS),

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 30/XVI/ 1.^a SL

expressando o interesse comum na eliminação da propina, mas também a preocupação com a sustentabilidade da medida. Reconheceu o mérito do Governo atual pela concretização desse objetivo, algo não alcançado em anteriores governações socialistas. Em seguida, questionou a Presidente do Instituto Camões sobre as alternativas à perda de receita com a eliminação da propina e se já existiam ideias para superar esse desafio. Diogo Pacheco de Amorim (CH) agradeceu à Presidente do Instituto Camões pela forma precisa e detalhada com que respondeu às questões, reconhecendo que tal é raro. Desejou-lhe também o maior sucesso no desempenho das suas funções. Pedro Sousa (PS), abordando o debate recente sobre o ensino do português nas escolas portuguesas de Luanda e Macau, destacou que o tema tem gerado controvérsia e atenção pública, causando discussões na comunidade educativa. Expressou a vontade de obter esclarecimentos atualizados sobre a situação e o funcionamento dessas escolas, solicitando informações precisas de quem possui os dados mais recentes. Paulo Pisco (PS) iniciou por agradecer a abolição da propina, sublinhando que a congratulação deveria ser dirigida ao Governo e aos partidos que a votaram favoravelmente, lembrando que o PSD e CDS-PP se tinham oposto. De seguida, questionou a Presidente do Instituto Camões sobre a necessidade de revisão do acordo de ensino entre Portugal e França, datado dos anos 70. Defendeu que essa revisão é fundamental para melhorar o ensino do português em França, apontando problemas como a falta de continuidade entre os níveis de ensino e a deficiente divulgação das ofertas educativas. Mencionou ainda uma petição da ADEPBA (Association pour le Développement des Etudes Portugaises, Brésiliennes, de l'Afrique et de l'Asie lusophones) e a importância de uma intervenção diplomática para valorizar o ensino do português.

A Presidente do Instituto Camões, Senhora Embaixadora Florbela Paraíba, respondeu conjuntamente às questões colocadas, começando por agradecer a preocupação do Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) em relação ao português como língua de negócios, reconhecendo a importância do idioma para a internacionalização das empresas portuguesas. Destacou o trabalho do Instituto Camões, que tem financiado estudos nesta área, e referiu o crescente interesse da sociedade civil em colaborar com o Instituto para promover o português como uma língua com valor económico. No que diz respeito à abolição das propinas, mencionou que ainda não tem uma visão clara das propostas discutidas no Orçamento de Estado, mas afirmou que o Instituto se adaptará às decisões políticas. Relativamente ao ensino de português em França, indicou que está em curso uma revisão do acordo de cooperação de 1970, com uma proposta e contraproposta em negociação. A

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 30/XVI/ 1.^a SL

Presidente do Instituto Camões sublinhou também que, apesar do aumento do número de escolas que oferecem o ensino da língua portuguesa, ainda existe uma falta de professores qualificados no país. Para finalizar, falou sobre a cooperação para o desenvolvimento, destacando a recertificação do Instituto pela União Europeia, facilitando a gestão de projetos de cooperação delegada. Enfatizou a importância de sensibilizar os responsáveis políticos sobre o impacto da cooperação para o desenvolvimento, tanto para Portugal como para os países parceiros.

No **Ponto 6.** não se registaram outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada pelas 17:05 horas, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente Ata.

Palácio de São Bento, 3 de dezembro de 2024.

O VICE-PRESIDENTE (em exercício)

(CARLOS EDUARDO REIS)

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 30/XVI/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Ventura (PSD)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Paula De Medeiros (PSD)
Paulo Neves (PSD)
Regina Bastos (PSD)
Fernando Medina (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Paulo Pisco (PS)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)
José Dias Fernandes (CH)
Rodrigo Saraiva (IL)
Eurico Brilhante Dias (PS)
José Luís Carneiro (PS)
Pedro Delgado Alves (PS)
Pedro Sousa (PS)
João Tilly (CH)
Pedro Correia (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Edson Cunha (PSD)
João Paulo Rebelo (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
Manuel Magno (CH)
Marisa Matias (BE)
Paula Santos (PCP)
Rui Tavares (L)
Paulo Nuncio (CDS-PP)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Edite Estrela (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Ricardo Dias Pinto (CH)

Ata aprovada em reunião de Comissão de **XX de dezembro de 2024**